

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Os intelectuais e a nação. Considerações acerca das concepções de Hélio Jaguaribe e do papel do Instituto Superior de Estudos Brasileiros no decênio de 1950.

Maria Emilia Prado ¹

Resumo: Objetiva-se neste artigo refletir sobre o papel dos intelectuais no debate sobre a questão nacional no decênio de 1950, atentando para o significado da ação política desenvolvida neste momento, que se caracterizou pelo fato dos intelectuais poderem atuar num cenário político democrático unindo reflexão, planejamento e assessoria com vistas a atuação na esfera política. De modo particular, esta comunicação estará voltada para apontar alguns aspectos da vida e da obra de Hélio Jaguaribe.

Palavras-Chave: Intelectuais, Desenvolvimentismo, história intelectual.

Abstract: This article intends to analyze the role of some intellectuals in the discussion about the main Brazilian national problems and interests in the decade of the fifties. I will be mainly focusing on the global meaning of the political actions carried on by them in this particular moment, when they could work in a democratic environment, joining academic tasks and political participation. Secondly, this paper will try to point out the most distinguished features of prof. Helio Jaguaribe's life and intellectual work.

Key-words: Intellectuals, development, intellectual history

O lugar dos intelectuais na política e nas questões públicas é tema que há décadas desperta debates. Qual o papel dos intelectuais no mundo moderno? Dito de outra forma, os intelectuais teriam o dever de se deslocar de seus castelos para atuarem na vida pública? Seus escritos e reflexões precisam ser destinados a um público ampliado ou deveriam ser lidos e discutidos apenas pelos especialistas? O intelectual deve falar a um público ampliado? Ele deve penetrar no terreno da política, pondo-se a serviço da engenharia política? Ou deve ele diante da Política e do Estado, manter-se distante do poder? A respeito dessa permanente tensão, lembremos o dilema expresso por Max Weber a respeito da *ética da convicção* e da

¹ Profª Titular de História do Brasil da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

ética da responsabilidade. Haveria necessidade de escolha por parte dos intelectuais ou existiria um caminho capaz de permitir equilibrar as duas éticas e os dois apelos?

Muito já se escreveu a respeito da dificuldade em se conciliar o trabalho nos domínios das idéias e/ou da cultura com aquele desempenhado na esfera do político, propriamente dito. Constituem os intelectuais um grupo à parte? De Julien Benda a Bobbio, Miguel Winock, e Habermas, passando por Croce, Ortega y Gasset, Gramsci, Mannheim e Sartre, que esta temática vem suscitando debates.

Entre a defesa da *torre de marfim* como lugar reservado ao intelectual ou o seu engajamento nas tarefas da operação política propriamente dita debatem-se, há décadas, os próprios intelectuais quando dedicados à definição do seu lugar no mundo. E nesse sentido, optamos por ancorar este projeto nas concepções teóricas de autores que optaram por uma postura de reconhecimento de que engajados ou não nas tarefas do gerenciamento em instituições pertinentes ao Estado, os intelectuais no mundo moderno atuam e interagem no espaço público, alimentam-se desse espaço e de forma mais ou menos constante colaboram para a configuração deste espaço público, já que são partes constitutivas da *esfera pública literária* (HABERMAS, 1978).

No Brasil a questão nacional tem sido um tema recorrente nas reflexões e análises feitas pelos intelectuais que buscam, há muito, encontrar os meios necessários para que possa ser estabelecida no Brasil uma ordem liberal, com a conseqüente instauração do capitalismo. Neste sentido, encontramos os que defendiam que esta ordem deveria ser democrática e os que buscavam a modernização do país, mas sem preocupação com o exercício dos direitos políticos. A temática dos direitos em seus diferentes aspectos- civil, político e social- esteve, porém, no cerne das reflexões intelectuais.

No Rio de Janeiro no decênio de 1950 um conjunto de intelectuais, dentre os quais antigos assessores do governo Vargas, decidiram se reunir sob a liderança de Hélio Jaguaribe com a finalidade de estudar a realidade brasileira. Essas reuniões eram realizadas na cidade fluminense de Itatiaia, o que fez com que fossem conhecidos pela denominação de “Grupo de Itatiaia”. Em 1954, ainda sob a liderança de Hélio Jaguaribe, foi fundado o **Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política** (IBESP) que funcionava na rua do Ouvidor no então escritório de Jaguaribe. O IBESP oferecia diversos cursos sobre História, Sociologia e Política nacionais que funcionavam no auditório do Ministério da Educação. Em 14 de julho de 1955, através do Decreto nº 37.608 era criado o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) como órgão do Ministério da Educação e Cultura. O grupo de intelectuais que estava à sua frente tinha por objetivo o estudo, o ensino e a divulgação das

ciências sociais. Objetivava-se, também, que os dados e as categorias aí formuladas servissem para análise e compreensão crítica do Brasil e pudessem contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional. A partir de 1956 o ISEB passou para o prédio localizado na rua das Palmeiras, 55 em Botafogo.

Os principais intelectuais ligados ao ISEB eram: Roland. Corbusier, Michel Debrun e Álvaro Vieira Pinto,Guerreira Ramos, Ignácio Rangel, Rômulo de Almeida e Ewaldo Correia Lima, Nelson W.Sodré, Hélio Jaguaribe e Cândido Mendes. Caracterizavam-se por seu papel como intelectuais públicos (JACOBY, 1990) e também por seguirem a marca da intelectualidade brasileira: a preocupação com identificar e apontar caminhos capazes de levarem a resolução da questão nacional. Além disso, comungavam, também, daquela outra característica própria dos intelectuais latino-americanos: a proximidade com o poder e por vezes o exercício de cargos no Estado.

Após sua fundação o ISEB passou a organizar cursos destinados, principalmente, à formação da elite brasileira. Nesses cursos era oferecida uma visão ampla e geral da História do Brasil e do ponto de vista econômico as idéias aí apresentadas conjugavam-se com algumas propostas defendidas pela CEPAL bem como por Celso Furtado, que apesar de não integrar os quadros do ISEB era próximo do Instituto e de alguns de seus intelectuais. Os integrantes do ISEB viram no governo Juscelino o meio pelo qual seria possível que suas idéias fossem postas em prática e dessa forma a instituição funcionou como aliada do projeto desenvolvimentista implementado por Juscelino Kubitschek. Em suas declarações públicas, Juscelino prestigiou o ISEB, definindo-o como um centro de cultura, estudos e pesquisa. Diferenciava-os dos demais órgãos universitários ao realçar a vocação do ISEB para o estudo dos problemas brasileiros. Ressalte-se, no entanto, o fato de JK não ter transformado os intelectuais do ISEB em seus assessores na orientação nem na implementação do Plano de Metas para o desenvolvimento. Para isto ele criou o Conselho de Desenvolvimento, que tinha esta missão.

Em março de 1957 O ISEB estendia a São Paulo seu raio de ação. A instituição ganhava mais prestígio ao mesmo tempo em que principiava a incomodar diversos segmentos políticos nacionais. E, na medida em que não havia consenso entre os intelectuais que integravam o ISEB a crise também ocorreu internamente. A publicação do livro de Hélio Jaguaribe, *O Nacionalismo na Atualidade Brasileira (JAGUARIBE, 1958)* onde defendia a tese de que os investimentos estrangeiros estavam se dirigindo para a indústria foi o estopim para a crise interna, que resultou na saída de Jaguaribe do ISEB. Isto ocorreu na medida em

que a instituição defendia que o capital estrangeiro aliado ao setor agrário-mercantil era o principal obstáculo à industrialização brasileira.

O ISEB chegou ao ano de 1960, reformulado em seus quadros. Não apenas Hélio Jaguaribe saiu, mas, logo a seguir também saíram Guerreiro Ramos, Roberto Campos, Anísio Teixeira e Hélio Cabal. O Conselho Consultivo foi extinto e o Conselho Curador passou a ter apenas poderes administrativos. No final de 1950 o ISEB viu-se na situação de estar privado da verba orçamentária estatal. Ao iniciar o ano de 1961 o ISEB não dispunha de verba para suas atividades e dessa forma o curso regular teve que ser suspenso sendo mantidos, apenas, os seminários, as conferências e os cursos extraordinários. Não havia mais o governo Juscelino e Jânio Quadros não tinha nenhum interesse no ISEB. Em 1964 a instituição foi fechada pelo governo ditatorial. O prédio do ISEB foi invadido e as instalações quebradas e sua biblioteca destruída. Abriu-se então um IPM (inquérito policial militar) de enormes proporções. O ISEB foi considerado braço de Moscou, uma vez que oferecia cursos, conferências e seminários assistidos por estudantes, professores, advogados, jornalistas etc..

Do ponto de vista intelectual, o ISEB não conseguiu se impor diante dos grupos mais representativos das ciências sociais ligados a USP e a antiga Universidade do Brasil, atual UFRJ. Sociólogos e cientistas políticos desses dois centros universitários viam os intelectuais do ISEB como carentes dos instrumentos teóricos e metodológicos necessários para o exame científico da sociedade brasileira. Essa mesma desconfiança pode ser encontrada em alguns segmentos da imprensa e das associações empresariais, esses últimos associavam o ISEB com a esquerda e mais especificamente o PCB.

A historiografia produzida sobre o ISEB e os intelectuais direta ou indiretamente vinculados a esta instituição produziu, salvo exceções, uma verdadeira fratura cognitiva. O ponto de inflexão pode ser encontrado na tese de doutoramento defendida por Caio Navarro de Toledo e publicada com o título de *ISEB: fábrica de ideologias* (TOLEDO, 1975). Esta obra provocou enorme polêmica e suscitou resposta por parte de alguns intelectuais oriundos do ISEB como Hélio Jaguaribe e Nelson Werneck Sodré. A crítica feita por Toledo ao ISEB centrava-se na desqualificação do pensamento isebeiano em virtude da impossibilidade dos isebianos em distinguir ideologia e ciência bem como pelo caráter autoritário presente nesta produção intelectual. Na realidade, há que se considerar que a perspectiva teórico-metodológica adotada por Toledo estava distante do historicismo,(MEINECKE,1982 E WEHLING,1994) opção dos isebianos. Dessa forma, as interpretações sobre a produção intelectual do ISEB resultaram na construção de um arsenal de acusações que desqualificou a

produção intelectual dos isebianos contribuindo para o seu esquecimento no cenário da História das Idéias no Brasil.

Inaugurava-se, a partir de então, um novo cânone de interpretação da História bem como do pensamento social brasileiro e mais que isto este novo cânone servia para todas as áreas das ciências humanas. O modelo nacional historicista estava sendo substituído, ainda que os temas pertinentes à realidade social brasileira que tinham sido objeto das análises dos isebianos ainda se fizessem presentes. Ou seja, na realidade histórica do Brasil dos decênios de 1970 e 1980 os temas da questão nacional incompleta ou não resolvida estavam postos, mas, os instrumentos de análise agora utilizados calcavam-se em outro paradigma cognitivo e a partir dele se invalidava os textos dos intelectuais isebianos. A exposição deste outro paradigma tendo sido feita de modo áspero provocou uma reação também bastante violenta por parte dos intelectuais isebianos. Dessa forma, Hélio Jaguaribe e Nelson Werneck Sodré, por exemplo, redigiram artigos respondendo às acusações que lhes foram feitas (JAGUARIBE, 1979 e WERNECK SODRÉ, 1977).

Há que se ressaltar, porém, que por esta mesma época foi defendida a tese de doutoramento de Alzira Alves de Abreu (ABREU, 1975) sobre o ISEB. Mas, o texto de Alzira não foi transformado em livro nem traduzido. Dessa forma, sua análise que diferia de Toledo e de alguns outros textos produzidos neste período, não serviu como contraponto para o tom adotado.

O livro de Toledo analisa três questões referentes ao ISEB. A primeira referente a ênfase dos isebianos na necessidade de construção de uma “ideologia do desenvolvimento”, responsável pela promoção do desenvolvimento econômico, uma vez que exerceria um papel fundamental sobre as consciências levando-as a se direcionarem para buscar superar o atraso e traçarem uma meta comum rumo ao desenvolvimento. Toledo examinou, ainda, a relação feita pelos isebianos entre ciência e ideologia. Afirma o autor: *"impossibilitados que estiveram os isebianos de constituir uma teoria crítica das ideologias - em virtude do conceitual teórico com que operavam- foram vítimas do processo de ideologização do pensamento; em outras palavras, foram incapazes de se livrar da ideologização da própria ideologia que buscavam produzir como verdade do momento histórico"*(TOLEDO, 1975). A questão da utilização pelos isebianos do conceito de alienação bem como as fontes que serviram de base foi ponto central da análise de Toledo. Por-fim, concluiu sobre o papel preponderante exercido pelo ISEB no ofuscamento da consciência da classe operária, uma vez que colocava em segundo plano a contradição entre capital e trabalho.

Maria Sylvia de Carvalho Franco em “O tempo das Ilusões” (CHAUÍ, 1978) aprofundou algumas das teses de Toledo. Para a autora os intelectuais isebianos eram prisioneiros de a uma concepção instrumental do papel do cientista e os concebia como responsáveis pela elaboração de uma “ideologia” cujo fim era ser um *motor do processo de transformação* das condições objetivas da sociedade. Em suas críticas afirmava faltar aos isebianos precisão teórica e por contribuírem para ratificar o conservadorismo e o autoritarismo.

Dentre os textos que criticaram as análises propostas por Toledo cabe considerar o de Bolívar Lamounier (LAMOUNIER,1979). O autor procurou destacar o fato do ISEB ter denunciado os chamados setores “antinacionais” ou “parasitários” (como definiram os isebianos), caso da burguesia agrário-mercantil, indicando que esses setores se encontravam mais bem organizados e representados nas instâncias do poder- caso do Congresso Nacional- e em certos setores do aparelho estatal. Lamounier enfatizou que nesse cenário os isebianos propuseram a aliança de classe entre setores "progressistas" (burguesia industrial, trabalhadores urbanos) e deles com o poder executivo. Lamounier busca demonstrar que as análises dos isebianos estavam mais próximas das condições objetivas que impossibilitavam a ampliação do sistema de representação política. A ideologia isebiana objetivava construir um amplo quadro de alianças destinadas a criar as bases para uma "arregimentação de forças". Com base nesta visão, o autor não aceita as interpretações de Toledo e de Maria Sylvia sobre o caráter autoritário das propostas. Destaca, ainda, a importância em se estudar a produção do ISEB a partir de duas dimensões: elaboração de "ideologias" e análise econômica. Afirma haver entre essas dimensões uma complementaridade, uma vez que a análise econômica sustentava, do ponto de vista concreto, as "ideologias". Chama, finalmente, atenção para o fato de que essas análises econômicas tinham uma concepção própria a respeito do papel do Estado e do capital estrangeiro no desenvolvimento, bem como dos meios necessários ao melhor aproveitamento da capacidade ociosa existente na economia brasileira e da necessidade de proceder reformas para que o desenvolvimentismo pudesse, de fato, levar a incorporação dos excluídos.

Bresser Pereira (BRESSER PEREIRA, 2005) é autor de vários artigos sobre o ISEB e na medida em que considera que deve o início de sua formação ao aprendizado recebido quando o ISEB forneceu alguns de seus cursos em São Paulo, os textos de Bresser-Pereira procuram retomar algumas das discussões travadas no ISEB. A questão da crítica ao ISEB feita pela por São Paulo foi analisada no trabalho de Norma Côrtes (CORTES,2003) a respeito do pensamento de Álvaro Vieira Pinto. A autora retoma o debate intelectual travado a

respeito do ISEB para com base na hermenêutica de Gadamer propor nova forma de analisar a obra de Vieira Pinto recusando as interpretações de cunho ideológico.

Figura central do ISEB, Helio Jaguaribe nasceu no Rio de Janeiro, em 1923. Filho do geógrafo e cartógrafo da Comissão Rondon, Francisco Jaguaribe de Mattos e Francelina Jaguaribe de Mattos. Seu pai foi decisivo na sua formação, pois dele recebeu “um profundo espírito cívico e ético”(BARROS & KUMASATA,1988). Estudou no Santo Inácio, onde principiou o interesse por Filosofia. No Clássico passou a se interessar pelo marxismo, especialmente as obras do jovem Marx. Terminada essa etapa ingressou no curso de Direito na PUC do Rio de Janeiro.

Durante a formação universitária interessou-se por Ortega y Gasset que se tornou um autor basilar para Jaguaribe. Através de Ortega conheceu o pensamento alemão dos finais do século XIX até 1930. Ainda estudante, decidiu desenvolver sua atividade intelectual fora da Universidade, já que constataria a precariedade da vida universitária no Brasil dos anos de 1940. Optou por seguir a carreira de advogado, mas sem abandonar o interesse pela Filosofia e pela Ciência Política.

Seguindo a tradição dos intelectuais brasileiros Jaguaribe utilizou seus escritos para analisar os impasses com que se defrontava o Brasil para se construir como uma nação economicamente forte e socialmente e politicamente integrada. Com base no arsenal teórico-metodológico weberiano e sempre tendo Ortega y Gasset por guia, elaborou teses e construiu categorias destinadas a compreender as razões desse atraso do Brasil diante dos países desenvolvidos. Inserido na linhagem dos “intérpretes do Brasil” que ao longo do século XIX preocuparam-se com temas pertinentes à construção do Estado e com a formação do povo para logo depois se dedicarem às reformas para integração nacional ou já no século XX com a definição da natureza do povo. No decênio de 1950 o tema que ocupava o cenário político e intelectual foi o desenvolvimento e neste cenário Jaguaribe atuou produzindo textos basilares. Sua obra *O Nacionalismo na Realidade Brasileira* (JAGUARIBE,1958) produziu uma inflexão no debate intelectual travado no ISEB. Ao não fazer a defesa de que o capital internacional devia ser totalmente rejeitado como parceiro no desenvolvimento da industrialização no Brasil, Jaguaribe produziu uma leitura diversa dos caminhos do desenvolvimentismo no Brasil. Para ele o processo de industrialização brasileira não precisava ser efetivado de modo dependente do capital internacional, mas não precisava repeli-lo em nome de um nacionalismo exacerbado. Defendia que era perfeitamente possível ter um projeto de desenvolvimento industrial nacional e incluir o capital internacional na medida do necessário e sempre colocando em primeiro plano os interesses nacionais.

Os intelectuais isebianos não formularam um projeto uníssono para o desenvolvimento do Brasil e isto por si só revela a importância intelectual do conjunto da obra ali produzida. Por outro lado, ao assumirem o papel de intelectuais comprometidos com a Política e a esfera pública, Jaguaribe bem como todos os integrantes do ISEB construíram uma página fundamental na história dos intelectuais no Brasil. Este texto pretendeu fazer considerações iniciais sobre o ISEB, sua obra e seus componentes dentre os quais Hélio Jaguaribe assumiu um papel preponderante fruto de sua liderança e de seu profundo comprometimento com a construção da nacionalidade brasileira.

BIBLIOGRAFIA.

- ABREU, Alzira Alves de. **Nationalisme et action politique au Brésil: Une étude sur l'ISEB**. Thèse Pour le Doctorat de 3^o Cycle. Paris: Université René-Descartes, 1975.
- BARROS, Luitgarde e KUMASAKI, Hiro. *Entrevista com Hélio Jaguaribe*, Unicamp: 1988, www.cle.unicamp.br/arquivoshistoricos
- FRANCO, M. S. de C. "O tempo das ilusões". In: CHAUI, Marilena e FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho e. **Ideologia e Mobilização popular**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- HABERMAS, J. *L' Espace Public. Archéologie de la Publicité comme dimension constitutive de la société bourgeoise*. Trad. Paris : Payot, 1978.
- JAGUARIBE, Hélio. "ISEB - Um breve depoimento e uma reapreciação crítica". *Cadernos de Opinião*, Rio de Janeiro; 14: 94-110, out./nov. 1979.
- **O Nacionalismo na realidade brasileira**, Rio de Janeiro: ISEB, 1958.
- JACOBY, Russel. *Os últimos intelectuais*. Trad. São Paulo: Edusp, 1990.
- LAMOUNIER, Bolívar. "O ISEB: notas à margem de um debate". *Discursos*, São Paulo: 1979, 9: 153-158.
- MEINECKE, F. *El historicismo y su génesis*. México: Fondo de Cultura Económica, 1982.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. "Os Três Momentos de Hélio Jaguaribe". In Alberto Venâncio Filho, Israel Klabin e Vicente Barreto, orgs. **Estudos em Homenagem a Hélio Jaguaribe**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000: 237-246
- "O Conceito de desenvolvimento do ISEB rediscutido". Texto para discussão, 137, FGV. www.breserpereira.com.br
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Temas de Ciências Humanas*. São Paulo: Grijalbo, 1977.
- TOLEDO, Caio Navarro de. **ISEB, fábrica de ideologias**. São Paulo: Ática, 1977.
- WEHLING, Arno. **A invenção da história. Estudos sobre o historicismo**. Rio de Janeiro: Eduff, 1994.